

Política de Privacidade da Biblioteca Municipal Rocha Peixoto

Com a entrada em vigor do **Regulamento Geral de Proteção de Dados** (doravante RGPD), o MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM (doravante MPV), reforçou a **Política e Procedimentos de Proteção de Dados** de todos aqueles com quem interage.

A Biblioteca Municipal Rocha Peixoto (doravante BMRP) é uma biblioteca pública e tem como principais objetivos informar, instruir e facilitar a aproximação dos seus utilizadores a diferentes formas de expressão cultural e potenciar a sua participação cívica no seio da comunidade.

A BMRP constitui uma porta de acesso local ao conhecimento e possui vários polos de leitura, minimizando a distância entre a procura e o conhecimento e disponibilizando espaços dedicados à leitura e à animação, abrangendo, de forma eficaz, as áreas mais distantes do concelho.

Estes polos constituem um centro local de informação onde os utentes podem usufruir do livre acesso às estantes (com livros, revistas, jornais), do empréstimo domiciliário, de espaço infantil e em alguns casos de Internet, facilitando um acesso igualitário à aprendizagem e ao desenvolvimento contínuo de todos os cidadãos.

Do leque de atividades da BMRP destacam-se ainda a organização de exposições, lançamento de livros e parcerias com escolas e agrupamentos escolares.

Por seu lado, a sociedade de informação colocou novos desafios às bibliotecas e aos seus profissionais, o que originou uma espécie de revolução na produção documental e o aparecimento de novos tipos de documentos, introduzidos com o desenvolvimento tecnológico, que vieram alterar o conceito de biblioteca tradicional e dar lugar a serviços mais dinâmicos e consentâneos com as necessidades dos utilizadores.

Na verdade, as novas tecnologias levaram ao aparecimento de novos recursos de informação, novos suportes, novas atividades e novas técnicas de transmissão de informação, obrigando as bibliotecas a encontrarem ferramentas que permitam uma melhor comunicação e promoção dos seus serviços e recursos e, assim, responderem às necessidades e desejos cada vez mais exigentes dos seus utilizadores.

Na BMRP é possível aos cidadãos proceder à/ao:

- Consulta de livros, jornais e revistas
- Empréstimo de livros, CD e DVD
- Acesso gratuito à internet
- Atividades de animação da leitura

Para poderem usufruir dos serviços prestados pela BMRP os munícipes devem obter um Cartão de Utilizador da Biblioteca mediante prévia inscrição diretamente ao balcão da biblioteca ou de qualquer dos seus polos, ou então através de inscrição online no site <http://ww.cm-pvarzim.pt/biblioteca/>.

E tem as seguintes Regras de Utilização:

- O cartão de leitor é pessoal e intransmissível, sendo obrigatória a sua apresentação para efetuar o empréstimo domiciliário.
- Poderão ser requisitados para consulta domiciliária todos os fundos da Biblioteca à exceção de: Obras de referência: enciclopédias, dicionários, anuários, códigos de leis, decretos e regulamentos; obras em vários volumes; Periódicos: jornais, revistas, boletins; Obras raras ou consideradas de luxo; Obras em mau estado de conservação; Obras que integrem exposições bibliográficas; Obras únicas e de elevada procura; Todos os documentos identificados com uma marca vermelha.
- O leitor poderá requisitar no máximo três documentos - livros, CD e DVD - devendo para isso respeitar os seguintes prazos máximos: 15 dias para a literatura; 5 dias para os restantes fundos bibliográficos em livre acesso; 15 dias para audiogramas (CD); 5 dias para os videogramas (DVD), com limite máximo de 2 unidades.

Para efeitos de inscrição, o munícipe tem de disponibilizar os seus dados pessoais que sejam necessários para o objetivo pretendido, nomeadamente os constantes da ficha de inscrição e que serão discriminados mais abaixo.

O MPV tem a preocupação constante com a transparência e a imparcialidade pretendendo cumprir rigorosamente a Lei, nomeadamente o RGPD, tendo introduzido novas práticas de segurança e melhorado procedimentos com o objetivo de garantir a prossecução do interesse público nas suas áreas de atuação.

Nessa medida, a informação é a pedra de toque de toda a política de proteção de dados pessoais, sendo que se pretende que o tratamento dos dados pessoais dos utilizadores seja feito de forma lícita, leal e transparente e de acordo com os demais princípios enformadores da proteção de dados pessoais.

A BMRP desenvolve também **diversas atividades culturais e lúdicas com o enfoque principal na promoção e difusão do livro e da leitura**. Para divulgação destas iniciativas a BMRP pode comunicar com os utentes através de qualquer meio disponível, que seja por estes aceite, nomeadamente o envio de informações e comunicações através de e-mail ou outro meio de difusão que seja por eles escolhido, bem como com a participação em redes sociais, através da página no Facebook.

É importante referir que a proteção dos cidadãos relativamente ao tratamento de Dados Pessoais é um direito fundamental consagrado na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (art.º 8.º) e na Constituição da República Portuguesa (art.º 35.º), pelo que a **privacidade** das pessoas é importante para o MPV.

Assim, no âmbito da inscrição como utente é pretensão da BMRP informar e esclarecer quais os Dados Pessoais que recolhe, para que finalidades são utilizados, quais os princípios que orientam a sua utilização e quais os direitos que assistem aos cidadãos/titulares desses mesmos Dados Pessoais.

Os Dados Pessoais serão tratados no escrupuloso cumprimento dos regimes jurídicos vigentes, em particular, do Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e da Lei nº 58/2019, de 8 de agosto, que veio dar execução daquele regulamento europeu na ordem jurídica interna.

Índice

ÂMBITO	5
RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS	5
OBJETO.....	5
COMO UTILIZAMOS OS DADOS PESSOAIS	5
DADOS PESSOAIS QUE RECOLHEMOS	6
ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS	7
BASE DE LICITUDE DA RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS	8
MOTIVOS POR QUE PARTILHAMOS DADOS.....	8
PRINCÍPIOS ESTRUTUTANTES DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	8
SEGURANÇA DE DADOS PESSOAIS.....	9
DIREITOS QUE POSSUI O TITULAR DOS DADOS E COMO ACEDER E CONTROLAR OS DADOS PESSOAIS.....	9
CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS	13
RECOLHA DE IMAGENS POR SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA	14
COOKIES E TECNOLOGIAS SEMELHANTES	16
INFORMAÇÕES DE CONTACTO.....	16
ALTERAÇÕES A ESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE	16
MAIS INFORMAÇÕES.....	17

ÂMBITO

Esta política aplica-se a todos os **Usuários/Utilizadores**.

RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS

O MPV - por intermédio da **BMRP** - enquanto responsável pelo tratamento dos seus dados:

- Assegura que o tratamento dos Dados Pessoais dos utilizadores/utentes da BMRP é efetuado no âmbito da(s) finalidade(s) para os quais os mesmos foram recolhidos ou para finalidades compatíveis com o(s) propósito(s) inicial(is) para que foram recolhidos;
- Assume o compromisso de implementar uma cultura de minimização de Dados, em que apenas se recolhem, utilizam e conservam os Dados Pessoais estritamente necessários ao desenvolvimento da sua atividade e à satisfação dos interesses dos cidadãos;
- Não procede à divulgação ou partilha dos seus Dados Pessoais para fins comerciais ou de publicidade.

OBJETO

O objetivo da recolha e tratamento dos dados pessoais é o de que os cidadãos possam usufruir dos serviços prestados pela BMRP e possam obter o seu Cartão de Utilizador, com todas as vantagens daí resultantes.

COMO UTILIZAMOS OS DADOS PESSOAIS

Como sabe, os seus Dados Pessoais podem ser disponibilizados através do preenchimento do formulário de inscrição ou em linha através do *website*.

Para além da finalidade específica para que são solicitados, os Dados Pessoais podem ser usados para fins estatísticos.

A comunicação com o utilizador deve ser encarada como uma ferramenta de difusão da informação e como forma de identificar as necessidades de informação existentes, para se poderem obter recursos informativos mais adequados à satisfação das necessidades dos utentes.

Além disso, a oferta de produtos e serviços por parte da BMRP pretende ser orientada de acordo com as necessidades e expectativas de seu público-alvo, consistindo

em selecionar, tratar e disponibilizar informação para seus usuários, fornecendo-lhes informações para aumentar a sua eficiência e alcançar os objetivos efetivos da sua missão.

Para isso é definido um perfil do utilizador, sem ser por meios automatizados, que tem como objetivo um apoio personalizado por forma a fornecer-lhe conteúdos informativos selecionados, tendo em conta as suas preferências de leitura, sendo que para isso se torna necessário o seu consentimento, sem o qual essa definição de perfil não será efetuada.

Cabe aqui referir que, nos termos do disposto no art. 4.º, nº 4, do RGPD entende-se por definição de perfis “*qualquer forma de tratamento automatizado de dados pessoais que consista em utilizar esses dados pessoais para avaliar certos aspetos pessoais de uma pessoa singular, nomeadamente para analisar ou prever aspetos relacionados com o seu desempenho profissional, a sua situação económica, saúde, preferências pessoais, interesses, fiabilidade, comportamento, localização ou deslocações.*”.

Neste caso, entendemos tratar-se de uma definição de perfis uma vez que, apesar de feita por mão humana, consiste numa avaliação, apreciação ou juízo sobre as características individuais dos utentes, em termos de preferências de leitura ou de outros eventos culturais.

Também recolhemos as informações que nos fornece e o conteúdo das mensagens que nos envia, tais como comentários, sugestões e críticas/reclamações numa lógica de melhoria contínua.

DADOS PESSOAIS QUE RECOLHEMOS

Os Dados Pessoais que recolhemos dependem do contexto das interações recíprocas entre o titular dos dados pessoais e a **BMRP**, no âmbito da sua atividade e no cumprimento das atribuições que lhe estão legalmente cometidas.

Assim, para efeitos de inscrição, o munícipe tem de disponibilizar os dados pessoais que sejam necessários para o objetivo pretendido, nomeadamente, os constantes da respetiva ficha de inscrição e que são os seguintes:

- Nome
- Morada
- Dados de contacto (endereço de correio eletrónico e telefone)
- Dados relativos à atividade profissional (profissão, local de trabalho e telefone de contacto do trabalho)

- Data de nascimento
- Número de bilhete de identidade, respetiva data de emissão e arquivo ou de cartão do cidadão e respetiva validade
- Habilitações literárias
- Filiação
- Número de leitor
- Fotografia
- Assinatura

Outros dados pessoais:

- Material requisitado
- Data do levantamento
- Data da entrega

No caso de o utilizador ser menor, acrescem ainda os seguintes dados pessoais do encarregado de educação ou responsável parental:

- Nome
- Local de trabalho
- Telefone de contacto
- Assinatura

Se a sua inscrição é feita *online* também disponibiliza o seu endereço de IP e a sua localização, devendo, para o efeito, aceder à Política de Privacidade do *browser* que utiliza, para se inteirar da forma como estes dados são tratados, uma vez que o MPV não faz qualquer uso destes dados.

ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS

O Município da Póvoa de Varzim possui um Encarregado de Proteção de Dados, que pode ser contactado através dos seguintes meios:

- a) Por escrito para: Praça do Almada, 4490-438 PÓVOA DE VARZIM;
- b) Por telefone: 252 090 240
- c) Endereço de correio eletrónico: dpo@cm-pvarzim.pt

BASE DE LICITUDE DA RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS

Os dados recolhidos pelo MPV tem como base de licitude o exercício de funções de interesse público (art.º 6.º, n.º 1, e), do RGPD), decorrente dos arts. 9º, e), 73º, nºs 1 e 3, 78º e 266.º da Constituição da República Portuguesa, do art.º 4.º, do Código do Procedimento Administrativo e consubstanciado nos seguintes diplomas legais: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais) e Decreto-Lei nº 149/83, de 5 de abril (Regime Jurídico dos Arquivos Distritais e das Bibliotecas Públicas), Decreto-Lei nº 16/93, de 23 de janeiro (Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico).

A base de licitude é também o consentimento do titular dos dados (art.º 6.º, n.º 1, a), do RGPD), no que respeita à recolha e tratamento dos dados necessários à definição do perfil do utente/utilizador, bem como para a subscrição de informações e *newsletters* acerca das atividades e valências da BMRP, para o que terá de fornecer o seu e-mail e o telefone de contacto. Estas formas de comunicação serão usadas enquanto o usuário não cancelar a sua inscrição, não retirar o seu consentimento ou até usar dos direitos de oposição, portabilidade ou apagamento, dentro dos respetivos condicionalismos legais. A única finalidade do armazenamento destes dados é apenas a definição do perfil do utilizador/leitor e enviar a comunicação ou informação e comprovar o seu registo.

É ainda aplicável ao tratamento de dados pessoais a Lei nº 58/2019, de 5 de agosto que veio dar execução na Ordem Jurídica interna do Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (RGPD).

MOTIVOS POR QUE PARTILHAMOS DADOS

Somente partilharemos com terceiros os seus Dados Pessoais:

- Com o seu consentimento;
- No estrito cumprimento das obrigações legais, nomeadamente para fins estatísticos;
- No exercício de funções de interesse público/autoridade pública;

PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- **Princípio da transparência** (os dados são recolhidos e tratados de forma lícita, leal e transparente em relação ao titular dos dados);

- **Princípio da limitação das finalidades** (os dados recolhidos apenas são tratados para as finalidades que estiveram na base da recolha);
- **Princípio da minimização dos dados** (apenas os dados necessários são objeto de tratamento);
- **Princípio da exatidão** (os dados devem ser exatos e atuais);
- **Princípio da limitação da conservação** (os dados serão tratados pelo período necessário de razoável às finalidades da recolha, se outro prazo não for estipulado por obrigação legal);
- **Princípio da integridade** (os dados são tratados de acordo com a implementação de medidas de segurança adequadas e necessárias que minimizem e/ou eliminem potenciais “ataques” ou acessos indevidos aos dados pessoais);
- **Princípio da confidencialidade** (definição de política de permissões que ofereça garantias de que apenas acedem aos dados as pessoas que a eles tem de aceder e que efetivamente necessitem de o fazer por razões organizacionais da BMRP);
- **Princípio da responsabilidade** (o Município da Póvoa de Varzim é a entidade responsável pelo tratamento dos dados quer perante o seu titular, quer perante a Autoridade de Controlo e promove e salvaguarda a proteção dos dados nas suas atividades de tratamento).

SEGURANÇA DE DADOS PESSOAIS

Utilizamos um conjunto de tecnologias e procedimentos de segurança adequados para proteger os seus Dados Pessoais do acesso, uso ou divulgação não autorizados, como o registo de logs, firewalls, anti-virus, back up's e nome de utilizador e senha de acesso protegida, controlo de acessos e monitorização das bases de dados e sistemas de informação, que garantem uma completa auditoria e responsabilização dos acessos.

DIREITOS QUE POSSUI O TITULAR DOS DADOS E COMO ACEDER E CONTROLAR OS DADOS PESSOAIS

O titular dos dados tem os seguintes direitos:

- d) Direito de **acesso** aos seus dados pessoais (art. 15º, do RGPD);
- e) Direito de **retificação** (art. 16º, do RGPD);
- f) Direito de **apagamento** (art. 17º, do RGPD);
- g) Direito à **limitação** do tratamento (art. 18º, do RGPD);
- h) O direito a obter do responsável pelo tratamento **informação sobre os destinatários** dos dados (art. 19º, do RGPD);

- i) Direito de **portabilidade** dos dados (art. 20º, do RGPD);
- j) Direito de **oposição** (art. 21º, do RGPD);
- k) Direito de **retirar o consentimento**, a qualquer momento;
- l) Direito a ter uma **resposta do responsável** pelo tratamento nos prazos legais;
- m) Direito ao **conhecimento de uma violação de dados**;
- n) Direito a apresentar reclamação perante a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) através do sítio www.cnpd.pt, ou por carta dirigida para a Av. D. Carlos I, 134, 1.º, 1200-651 Lisboa e os contactos de Telef. 213 928 400, Fax 213 976 832, e-mail geral@cnpd.pt ou
- o) Direito de **recorrer** aos tribunais comuns.

Direito de apagamento (direito ao esquecimento):

O titular dos dados pessoais tem o direito de pedir que se eliminem os seus dados, dentro dos condicionalismos legais, nomeadamente nos termos do art. 17º do RGPD, quando:

- a) Os dados pessoais deixarem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
- b) O titular retira o consentimento em que se baseia o tratamento dos dados nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea a), ou do artigo 9.º, n.º 2, alínea a) e se não existir outro fundamento jurídico para o referido tratamento;
- c) O titular opõe-se ao tratamento nos termos do artigo 21.º, n.º 1, e não existem interesses legítimos prevalecentes que justifiquem o tratamento, ou o titular opõe-se ao tratamento nos termos do artigo 21.º, n.º 2;
- d) Os dados pessoais foram tratados ilicitamente;
- e) Os dados pessoais têm de ser apagados para o cumprimento de uma obrigação jurídica decorrente do direito da União ou de um Estado-Membro a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito;
- f) Os dados pessoais foram recolhidos no contexto da oferta de serviços da sociedade da informação referida no artigo 8.º, n.º 1.

Direito à limitação do tratamento:

Tem ainda o direito de obter do responsável pelo tratamento a limitação do tratamento, se se aplicar ao caso uma das seguintes situações:

- a) O titular contestar a exatidão dos dados pessoais, durante um período que permita ao responsável pelo tratamento verificar a sua exatidão;

- b) O tratamento for ilícito e o titular dos dados se opuser ao apagamento dos dados pessoais e solicitar, em contrapartida, a limitação da sua utilização;
- c) O responsável pelo tratamento já não precisar dos dados pessoais para fins de tratamento, mas esses dados sejam requeridos pelo titular para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial;
- d) Se tiver oposto ao tratamento nos termos do artigo 21.º, n.º 1, até se verificar que os motivos legítimos do responsável pelo tratamento prevalecem sobre os do titular dos dados.
- e) Quando o tratamento tiver sido limitado nos termos do n.º 1, os dados pessoais só podem, à exceção da conservação, ser objeto de tratamento com o consentimento do titular, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial, de defesa dos direitos de outra pessoa singular ou coletiva, ou por motivos ponderosos de interesse público da União ou de um Estado-Membro.

Direito de oposição:

Tem também o direito de se opor a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito com base no artigo 6.º, n.º 1, alínea e) ou f), ou no artigo 6.º, n.º 4, incluindo a definição de perfis com base nessas disposições. O responsável pelo tratamento cessa o tratamento dos dados pessoais, a não ser que apresente razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do titular dos dados, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

Quando os dados pessoais forem tratados para efeitos de comercialização direta, o titular dos dados tem o direito de se opor a qualquer momento ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito para os efeitos da referida comercialização, o que abrange a definição de perfis na medida em que esteja relacionada com a comercialização direta.

Caso o titular dos dados se oponha ao tratamento para efeitos de comercialização direta, os dados pessoais deixam de ser tratados para esse fim.

Direito de portabilidade dos dados:

O titular dos dados tem ainda o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido a um responsável pelo tratamento, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento sem que o responsável a quem os dados pessoais foram fornecidos o possa impedir, se:

a) O tratamento se basear no consentimento dado nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea a), ou do artigo 9.º, n.º 2, alínea a), ou num contrato referido no artigo 6.º, n.º 1, alínea b); e

b) O tratamento for realizado por meios automatizados.

Ao exercer o seu direito de portabilidade dos dados nos termos do n.º 1, o titular dos dados tem o direito a que os dados pessoais sejam transmitidos diretamente entre os responsáveis pelo tratamento, sempre que tal seja tecnicamente possível.

O exercício do direito a que se refere o n.º 1 do artigo 20.º, do RGPD aplica-se sem prejuízo do artigo 17.º. Esse direito não se aplica ao tratamento necessário para o exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública de que está investido o responsável pelo tratamento e não prejudica os direitos e as liberdades de terceiros.

Direito de retirar o consentimento:

Quando a base de licitude do tratamento de dados seja o consentimento do titular, este, nos termos do art. 7.º, n.º 2, do RGPD, tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem que esta retirada comprometa a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado, devendo o consentimento deve ser tão fácil de retirar quanto de dar.

Direito de acesso aos dados:

No âmbito do exercício do direito de acesso o titular dos dados pode:

- Pedir para aceder aos seus dados que são objeto de tratamento;
- Pedir para saber quem tem acesso aos seus dados pessoais;
- Pedir para saber como os seus dados são tratados;
- Pedir para saber para que fins são usados os seus dados;
- Pedir que lhe sejam fornecidos os seus dados pessoais num formato portátil.

Poderá obter mais informações e exercer os seus direitos junto do Encarregado de Proteção de Dados do **MPV**, por e-mail para: dpo@cm-pvarzim.pt ou mediante pedido escrito enviado para Rua Rocha Peixoto, 9, 4490-679 Póvoa de Varzim.

Sem prejuízo de poder apresentar reclamações diretamente à BMRP ou ao MPV pode, caso assim o entenda, reclamar diretamente para a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), Autoridade de Controlo, utilizando os contactos disponibilizados por esta entidade para o efeito, ou seja, através do sítio www.cnpd.pt, ou por carta dirigida para a Av. D. Carlos I, 134, 1.º, 1200-651 Lisboa ou para os contactos de Telefone 213928400, Fax 213976832, E-mail geral@cnpd.pt.

CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Conservamos os seus Dados Pessoais pelo período necessário e razoável e no âmbito da(s) finalidade(s) para os quais os recolhemos.

Os períodos de conservação podem mudar significativamente quando estejam em causa fins de arquivo de interesse público ou motivos históricos, científicos ou estatísticos o justifiquem, comprometendo-se o **MPV** a adotar as adequadas medidas de conservação e segurança.

Os Dados Pessoais são conservados apenas durante o período necessário para a prestação do serviço ou produto, ou para o cumprimento de obrigações legais do **MPV**.

Serão observados também os prazos legais de conservação administrativa dos Dados Pessoais, nomeadamente, os prazos constantes da Portaria nº 412/2001, de 17/4, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 1253/2009, de 14/10, se outros prazos não forem estipulados por lei.

Nos termos desta Portaria os dados pessoais que estejam associados a críticas ou sugestões dos utilizadores e os associados aos registos de consultas de utilizadores tem o prazo de conservação administrativa de (5) cinco anos, findos os quais serão eliminados, sendo que estes serão eliminados desde que sejam recuperáveis nos relatórios anuais de atividades.

Os dados pessoais respeitantes aos registos de utilizadores, requisições do serviço de empréstimo (requisições relativas à leitura domiciliária) e requisições do serviço de leitura tem o prazo de conservação administrativa de (3) três anos.

As imagens captadas através do sistema de videovigilância, tem o prazo de conservação de (30) trinta dias, findos os quais serão apagadas do sistema.

Os Dados Pessoais também serão removidos quando que deixarem de ser necessários para a finalidade para que foram recolhidos ou quando o consentimento do respetivo titular for retirado.

No caso de tais dados serem guardados para fins de arquivo público municipal, o MPV assegura que o fará de acordo com as regras da Proteção de Dados constantes do RGPD e da Lei n.º 58/2019, de 8/8, nomeadamente adotando as medidas técnicas e organizativas a fim de assegurar, nomeadamente, o respeito pelo princípio da minimização dos dados, que podem incluir a pseudonimização desde que os fins visados possam ser atingidos desse modo.

RECOLHA DE IMAGENS POR SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA

O MPV implementou na BMRP um sistema de videovigilância, de modo a reforçar as condições de segurança de pessoas e bens. O sistema implementado é um sistema moderno e eficaz que permite um registo contínuo de imagens, 24 horas por dia, em vários ângulos garantindo uma melhor segurança de pessoas e bens.

O sistema é composto por 16 câmaras, colocadas nos seguintes locais: Pontos de acesso a partir do exterior / Zonas dos Serviços / Zonas internas de circulação. Há visualização das imagens em tempo real. Não há transmissão das imagens para o exterior do local da instalação do sistema.

De acordo com a legislação em vigor e as deliberações da CNPD, existem os seguintes limites ao tratamento de dados pessoais recolhidos através do sistema de videovigilância:

- Não pode haver recolha de som (a não ser no período em que as instalações vigiadas estejam encerradas ou mediante prévia autorização da CNPD – art. 19.º, n.º 4, da Lei n.º 58/2019, de 8/8) e a recolha de imagens confina-se à área da BMRP, não abrangendo imagens da via pública ou de propriedades limítrofes;

- As câmaras não podem incidir regularmente sobre os trabalhadores durante a atividade laboral, nem as imagens podem ser utilizadas para o controlo da sua atividade laboral, seja para aferir a sua produtividade seja para efeitos de responsabilização disciplinar (cf. artigos 20º e 21º do Código do Trabalho), nem sobre o interior de áreas reservadas aos trabalhadores, designadamente zonas de refeição, vestiários, ginásios, instalações sanitárias e zonas exclusivamente afetas ao seu descanso (art. 19.º, n.º 2, d), da nova Lei de Proteção de Dados - Lei nº 58/2019, de 8/8).

Os titulares dos dados podem exercer o direito de acesso às imagens, dentro do prazo de conservação das mesmas, através de solicitação presencial ao responsável da BMRP no seguinte endereço/contacto: Rua Manuel Lopes 4990-621 Póvoa de Varzim ou pelo e-mail: biblioteca@cm-pvarzim.pt ou diretamente ao Encarregado de Proteção de Dados pelo seguinte e-mail: dpo@cm-pvarzim.pt.

Comunicação das imagens: As imagens só podem ser transmitidas ou cedidas nos termos da lei processual penal. Detetada a eventual infração penal, o responsável deverá, juntamente com a participação, enviar à autoridade judiciária ou ao órgão de polícia criminal competentes as imagens recolhidas. Noutras situações em que as autoridades solicitem acesso às imagens, tal só poderá ocorrer, no âmbito de processo judicial devidamente identificado, em cumprimento de despacho fundamentado da autoridade judiciária competente. As imagens apenas poderão ser utilizadas em

procedimento disciplinar dos trabalhadores se o forem também no âmbito de procedimento criminal (art. 28.º, n.º 5, da Lei n.º 58/2019, de 8/8). Fora destas condições não há qualquer comunicação das imagens.

Não há interconexões, nem fluxo transfronteiriço para países terceiros.

Qualquer pessoa abrangida pela gravação das imagens (titular dos dados) tem o direito de a elas aceder, salvo se as imagens estiverem a ser utilizadas no âmbito de investigação criminal, situação em que o pedido do titular deve ser endereçado à autoridade judiciária competente.

Ao disponibilizar as imagens ao titular dos dados, o MPV, responsável pelo tratamento, adota as medidas técnicas necessárias para ocultar as imagens de terceiros que possam ter sido abrangidos pela gravação.

De modo a garantir o direito de informação consagrado no artigo 13.º do RGPD, são afixados em locais bem visíveis avisos informativos, a que faz referência o art. 31º, nº 5, da Lei nº 34/2013, de 16 de maio (Lei de Segurança Privada), de que o local está sob fiscalização e proteção de câmaras de videovigilância e bem assim informação sobre as seguintes matérias:

- a) A existência e localização das câmaras de vídeo;
- b) A menção «Para sua proteção, este local é objeto de videovigilância»;
- c) A entidade de segurança privada autorizada a operar o sistema, pela menção do nome e alvará ou licença;
- d) O responsável pelo tratamento dos dados recolhidos perante quem os direitos de acesso e retificação podem ser exercidos.

Com a instalação das câmaras de videovigilância o MPV persegue o seu interesse legítimo de assegurar a segurança dos locais e das pessoas e bens que nele se encontrem, sendo que as imagens recolhidas apenas são visualizadas em tempo real pelos funcionários afetos à receção da BMRP e serão apagadas ao fim de 30 dias após a respetiva recolha.

O Centro Informático (CI) do MPV, através do seu coordenador ou representante, também pode aceder às imagens gravadas, mas apenas em caso de necessidade para satisfazer o pedido de acesso aos dados pelos respetivos titulares ou para a sua transmissão às autoridades judiciais competentes ou ainda para verificações técnicas, caso em que também pode aceder aos dados a empresa subcontratada que instalou o sistema de videovigilância, denominada MTK2, LDA, com sede na Rua Gomes de Amorim, nº 24, 4490-641 Póvoa de Varzim.

Para qualquer informação sobre o dispositivo instalado ou para exercer o seu direito de acesso às imagens que a si próprio dizem respeito deverá contactar o Município da Póvoa de Varzim, através do seu Encarregado de Proteção de Dados (email: dpo@cm-pvarzim.pt). Pode ainda endereçar uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd - Av. D. Carlos I, 134, 1.º, 1200-651 Lisboa e os contactos de telef. 213 928 400, fax 213 976 832, E-mail geral@cnpd.pt), se entender que o dispositivo instalado não está conforme as regras de proteção de dados pessoais.

O MPV cuidará de manter sempre atualizadas a data e hora das gravações.

COOKIES E TECNOLOGIAS SEMELHANTES

O **MPV** utiliza no seu *website cookies* que permitem melhorar o desempenho e a experiência de navegação dos seus Clientes/Utilizadores, aumentando, por um lado, a rapidez e eficiência de resposta e, por outro, eliminando a necessidade de introduzir repetidamente as mesmas informações.

A colocação de cookies não só ajuda os websites a reconhecer o dispositivo do Cliente/Utilizador na próxima vez que este os visitar, mas também será imprescindível para o funcionamento dos mesmos.

Os *cookies* usados pelo **MPV** no seu website não recolhem informações pessoais que permitam identificar o Cliente/Utilizador, guardando apenas informações genéricas, designadamente a forma ou local/país de acesso do Cliente/Utilizador e o modo como usam os websites, entre outros. Os cookies retêm apenas informação relacionada com as preferências dos Clientes/Utilizadores. Para mais informações, consulte a política de *cookies* [aqui](#).

INFORMAÇÕES DE CONTACTO

Para mais informações sobre as práticas de privacidade do **MPV** e sobre os seus direitos consulte o site do Município da Póvoa de Varzim ou envie um e-mail para dpo@cm-pvarzim.pt.

ALTERAÇÕES A ESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Esta política de privacidade será objeto de atualização permanente, de forma a refletir os comentários dos cidadãos e sempre que se justifique.

Quando publicarmos alterações a esta política iremos, simultaneamente, alterar a respetiva "data de atualização".

Recomendamos que consulte periodicamente a nossa política de privacidade para se manter informado sobre o modo como a **MPV** protege os seus Dados Pessoais e se manter atualizado sobre as informações e direitos que lhe assistem.

MAIS INFORMAÇÕES

Este é apenas um primeiro nível de informações acerca da recolha e tratamento de dados pessoais, sendo que para obter mais informações acerca da política e procedimentos de proteção de dados do Município da Póvoa de Varzim poderá consultar o constante do site do Município no seguinte local: www.cm-pvarzim.pt.

Data de Atualização: 20 de janeiro de 2020